

# Crise hídrica em São Paulo vai além da falta de chuva, diz analista

Entidades ambientais destacam que má gestão dos recursos hídricos agrava situação

São Paulo enfrenta dificuldades para manter o abastecimento de água em 2026, principalmente em bairros periféricos. Mais do que a redução das chuvas, especialistas apontam falhas na gestão, no manejo e na distribuição como fatores determinantes para o agravamento do cenário e para a desigualdade no acesso à água. A avaliação foi reforçada durante um seminário realizado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que reuniu representantes de entidades ambientais e da sociedade civil para discutir os desafios do abastecimento no estado.

Entre os participantes, a coordenadora do Instituto Água e Saneamento (IAS), Paula Pollini, destacou que a escassez não atinge todos da mesma forma. Segundo ela, o problema se concentra nas regiões mais afastadas dos centros urbanos. “Enquanto áreas centrais e prédios são menos afetados, moradores das peri-

ferias enfrentam falta de abastecimento ao chegar em casa à noite”, afirmou.

A especialista chamou atenção para a necessidade de planejamento diante da redução das chuvas e alertou para o risco de repetição de cenários críticos como o registrado entre 2014 e 2015. Para ela, a discussão precisa ir além das condições climáticas e incluir a forma como os recursos hídricos são geridos no estado.

Dados recentes reforçam o alerta. Segundo o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, o Sistema Cantareira — principal manancial da Região Metropolitana de São Paulo — encerrou fevereiro com 36% do volume útil, abaixo dos 60% registrados no mesmo período de 2025. Para evitar o agravamento da situação, seria necessário um volume de chuvas cerca de 25% acima da média histórica.

As projeções indicam que, até



Coordenadora IAS, Paula Pollini, destacou que a escassez não atinge todos da mesma forma

o fim do período seco, o sistema pode atingir níveis de restrição ou até de emergência, caso as precipitações fiquem abaixo do esperado. O cenário reforça a preocupação com a capacidade de resposta dos reservatórios diante de eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes.

Além da quantidade de água disponível, a qualidade também preocupa. Relatório recente da SOS Mata Atlântica aponta estagnação nos índices de qualidade dos rios do bioma. Dos 115 pontos analisados no país, cinco permaneceram na condição “péssima”, incluindo o rio Pinheiros e o rio Jaguaré, na capital paulista, e o ribeirão dos Meninos, em São Caetano do Sul.

Para o coordenador de projetos da entidade, Gustavo Veronesi, o cenário já configura uma crise hídrica preocupante, com impactos diretos na rotina da população. “Estamos convivendo com redução de pressão quase

metade do dia e as pessoas estão tendo que moldar o seu cotidiano conforme tem água ou não na torneira”, afirmou.

Ele ressalta que episódios de chuva recentes trouxeram alívio pontual aos reservatórios, mas não resolvem o problema estrutural. “É muito preocupante a atual situação da nossa água. Precisamos discutir com profundidade e agir com planejamento, principalmente com a aproximação do período seco”, disse.

Na avaliação do especialista, a crise não pode ser atribuída exclusivamente à falta de chuvas. “O que enfrentamos vai além de uma crise hídrica. Trata-se de uma crise de gestão da água”, afirmou. Segundo ele, é necessário aprimorar a administração dos recursos hídricos para garantir distribuição mais equilibrada, além de investir em saneamento básico e na proteção de nascentes e áreas de vegetação.

Veronesi também defende o

fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas, considerados fundamentais para a gestão descentralizada da água. Para ele, sem governança eficiente e integração entre políticas públicas, o estado tende a enfrentar episódios cada vez mais frequentes de escassez.

## Histórico de escassez

A crise hídrica não é um fenômeno novo em São Paulo. Episódios de escassez já foram registrados em diferentes períodos, com destaque para a crise de 2014 e 2015, quando os principais reservatórios do estado atingiram níveis críticos e medidas emergenciais precisaram ser adotadas. Desde então, especialistas alertam para a necessidade de planejamento de longo prazo e ampliação da segurança hídrica. Apesar de avanços pontuais, o cenário atual indica que desafios estruturais persistem, especialmente diante das mudanças climáticas.

# Alesp aprova proposta que inclui policiais técnico-científicos no pagamento da Dejec

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) aprovou, na quarta-feira (25), o Projeto de Lei 225/2026 que inclui policiais técnico-científicos na legislação que regulamenta o pagamento das Diárias Especiais por Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Civil (Dejec). A proposta do Governo de São Paulo amplia o benefício a peritos criminais e médicos legistas.

A inclusão dessas categorias corrige uma distorção histórica na legislação, que até então não contemplava os profissionais responsáveis pela produção de provas técnicas e perícias essenciais para investigações criminais e processos judiciais. A mudança também busca equiparar direitos dentro das forças de segurança, ampliando a integração entre as

diferentes carreiras policiais.

A Dejec corresponde ao período de 8 horas trabalhadas fora da jornada normal, ou seja, em dias de folga do policial. O limite seguirá sendo de dez diárias extras por mês, semelhante ao de policiais civis. O pagamento segue os critérios já estabelecidos à remuneração de delegados e demais categorias, como agentes e escrivães.

A medida tem como objetivo ampliar a prestação de serviços à população, ao mesmo tempo em que fortalece as carreiras da Polícia Técnico-Científica.

## Carreira Policial Civil

Na mesma votação, os deputados da Alesp aprovaram o projeto de lei que reorganiza o plano de carreira da Polícia Ci-



Proposta amplia benefício a peritos criminais e médicos legistas

vil, substituindo o modelo atual por um sistema mais estruturado, transparente e fundamentado em critérios claros.

A proposta estabelece novas regras para a promoção dos po-

liciais, seguindo um sistema de progressão pautado em critérios objetivos e verificáveis, como tempo na classe, avaliação de desempenho, capacitação e regularidade disciplinar. Na prática, a

proposta aumenta a previsibilidade, valoriza o desenvolvimento profissional e reforça a transparência e a segurança jurídica nas promoções ao longo da carreira.

Outro avanço relevante é a definição de um fluxo estruturado de progressão. Pelo novo modelo, o policial poderá alcançar a classe especial, o topo da carreira, em cerca de 18 anos, desde que cumpra os requisitos legais. Hoje, esse percurso pode ultrapassar três décadas, sem garantia de ascensão.

O projeto também fortalece a qualificação profissional ao estabelecer a exigência de cursos de aperfeiçoamento como condição para promoção, além de instituir avaliações de desempenho periódicas, com critérios padronizados e possibilidade de recurso.